



GEDIPE

Relatório
de Atividades e Contas

2016



Lisboa | abril 2016

Índice

Relatório de Atividades

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Execução Orçamental

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Auditoria

GEDIPE

Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

Av. Estados Unidos da América, n.º 51 – 4.º Esq.
1700-165 Lisboa

T: (+351) 218.400.187 / 8

F: (+351) 218.400.189

info@gedipe.org

<https://www.gedipe.org/site/>

Relatório de Atividades

Preâmbulo

Caros Associados,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame, apreciação e aprovação da Assembleia-Geral o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2016.

Durante o ano civil de 2016, a associação pautou-se pela consolidação financeira e execução dos projetos e objetivos propostos. As cobranças voltaram a ter uma evolução positiva garantindo a defesa e proteção dos direitos dos nossos representados.

A manutenção do acordo de cooperação celebrado com a AGICOA (Association de Gestion Collective des Oeuvres Audiovisuelles), para a cobrança dos direitos de retransmissão, permitiu-nos continuar a dotar a GEDIPE com as ferramentas de distribuição necessárias a sucesso da nossa atividade.

A distribuição de direitos de retransmissão foi particularmente interessante para os titulares nacionais. Os montantes distribuídos demonstraram a eficácia no registo e identificação das obras. Para que tal tenha sido possível, foi necessário que os titulares de direitos registassem as suas obras e direitos nos termos e aconselhamento efetuado pela equipa encarregue pela distribuição de direitos da GEDIPE, cujo trabalho em muito contribuiu para o alargamento do reportório de obras nacionais.

A distribuição de direitos de cópia privada, possibilitada através dos acordos celebrados com várias entidades internacionais e dos mandatos atribuídos pelos Titulares de Direitos, para a cobrança, gestão e distribuição dos mesmos, foi concretizada uma vez mais com muito esforço e empenho. A nova Lei é uma realidade que continuará a trazer valores muito significativos, no futuro, que permitem uma consolidação efetiva destes direitos.

Continuou-se a desenvolver com a GDA, o projeto de cobrança de direitos de comunicação pública em Hotéis, que visa fortalecer e apoiar os produtores e autores audiovisuais. Os valores de cobrança dos anos 2014 e 2015 serão colocados à distribuição no próximo exercício.

O objetivo principal desta associação continuou, pois, entre outras, a ser a cobrança e distribuição dos direitos conexos, sujeitos a gestão coletiva dos produtores audiovisuais, acompanhando-se constantemente a evolução e alteração de todas as matérias relacionadas com uma cobrança e gestão eficaz dos direitos em causa.

Na convicção de que o exercício findo permitiu a concretização dos objetivos, a Direcção agradece a todos os Associados a confiança que lhes mereceu.

Paulo Santos

Atividades Desenvolvidas

Cooperação com outras entidades

Por inerência das obrigações estatutárias assumidas em várias associações sem fins lucrativos, realizámos em cada uma das entidades:

AGICOA

Participámos nas assembleias-gerais, reuniões de direção e demais reuniões relativas à atualização do panorama global na área dos direitos de retransmissão.

Enquanto membro associado da AGICOA continuámos a desenvolver, em parceria, o projeto IRRIS, relativo à distribuição da cópia privada, para contínua adaptação desta plataforma informática a esta diferente realidade.

EUROCOPYA

A GEDIPE tem mantido uma participação ativa nas reuniões de direção bem como nas assembleias gerais desta associação, cujo objeto é o acompanhamento ao nível europeu das alterações do regime da cópia privada.

FEVIP

A GEDIPE, como membro da direção da FEVIP (Associação de Defesa de Obras Audiovisuais), participou ativamente no desenvolvimento do seu objeto social, quer através das reuniões de direção e assembleias-gerais e ainda apoiando o seu orçamento operacional. Apoiou esta associação na atividade relacionada com o combate à pirataria audiovisual na internet tendo sido possível retirar mais de 34.000 links como medida de proteção às obras audiovisuais dos seus associados

A GEDIPE, em parceria com a FEVIP, patrocinou a segunda edição da Festa do Cinema, obtendo resultados muito satisfatórios, com mais de duzentos mil espectadores em três dias de evento.

Mapinet

Como membro do Mapinet (Movimento Cívico Antipirataria na Internet), apoiámos e desenvolvemos este projeto que visa alertar à consciência cívica dos Governos e Sociedade Civil, no geral, tendo sido possível bloquear mais de 500 sites piratas conferindo uma maior proteção do direito de autor.

ISAN Portugal

A GEDIPE, como presidente da direção da ISAN PORTUGAL – Associação de Acreditação de Obras Audiovisuais, participou nas reuniões de direção e assembleias-gerais desta entidade.

A GEDIPE tem desenvolvido este projeto, em parceria com a GDA, com o intuito de obter uma contínua integração do mesmo com vista a trazer para o mercado audiovisual nacional um valor acrescentado quanto ao registo internacional das suas obras ISAN (International Standard Audiovisual Number) em Portugal.

AGECOP

Como membro da direção AGE COP (Associação para a Gestão da Cópia Privada), participámos nas respetivas reuniões de direção e assembleias-gerais e delineámos a nova estratégia de cobrança de direitos de cópia privada que correspondeu a mais de 7.700.000, no ano 2016, sendo distribuídos pelos autores (40%), artistas (30%) e produtores (30%). A GEDIPE recebe 15,92% destes 30%.

Processos legislativos

No seguimento da implementação da nova lei das sociedades de gestão, através da lei 26/2015 de 14 de abril, no decorrer do ano 2016, iniciou-se um novo processo legislativo, que se encontra em curso, de alteração à lei aprovada, que contou com a participação ativa da GEDIPE, para que a mesma esteja em conformidade com a respetiva diretiva comunitária das sociedades de gestão.

Direitos de Retransmissão

Efetivámos a cobrança de direitos de retransmissão aos respetivos operadores de cabo e meios similares de retransmissão.

No ano **2016** concretizámos mais uma distribuição de direitos de retransmissão, relativa à programação de televisão do ano 2015, conforme estabelecido no acordo de cooperação celebrado com a AGICOA.

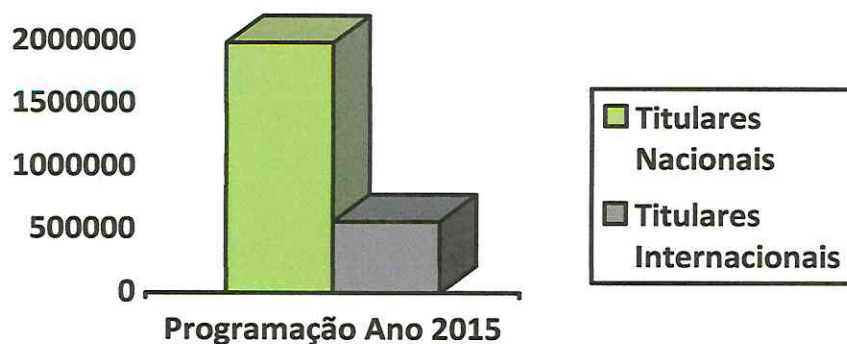
Promovemos ações de formação, sessões de esclarecimento e inúmeras reuniões individuais, para auxiliar os nossos associados na introdução e registo de obras e direitos no sistema IRRIS, bem como resolvemos e clarificámos quaisquer questões que adviessem deste tipo de direitos dando continuidade a todo o processo de gestão inerente.

Distribuição de direitos de retransmissão

Os direitos cobrados aos operadores de retransmissão, colocados à distribuição e relativos ao ano de programação 2015, foram de 4.197.973 Euros a que corresponderam os direitos líquidos a distribuir de 3.388.835 Euros, incluindo os respetivos juros (51.706 Euros) e deduzidos os montantes relativos ao fundo cultural (5%) no valor de 209.899 Euros, a comissão de gestão da AGICOA (8.75%) no valor de 367.323 Euros e outras deduções (erros/omissões/reclamações) no valor de 283.623 Euros.

As obras identificadas corresponderam a 75% do montante a alocar, na primeira distribuição da programação do ano 2015, de 2.547.757 Euros. Os titulares nacionais totalizaram 78 % do valor a receber 1.987.112 Euros, sendo que a APIT recebe 99 % deste valor, e os titulares internacionais com 560.645 Euros a que correspondem 22%.

Identificamos em anexo o quadro comparativo:



Foram ainda concluídas as distribuições finais dos anos 2003 até 2012, permitindo encerrar um capítulo, com a distribuição de 2.104.831 Euros entre titulares nacionais e internacionais.

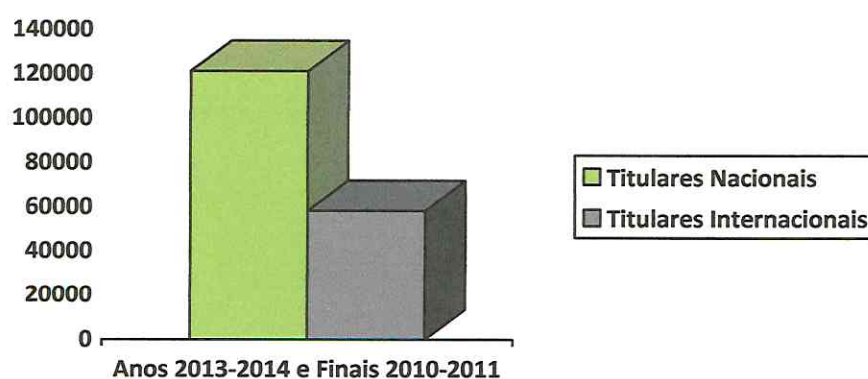
Direitos de Cópia Privada

O ano **2016** permitiu concluir as distribuições de direitos de cópia privada, aos titulares de direitos a nível mundial, relativas à programação de televisão dos anos 2013 e 2014 e distribuições finais dos anos 2010 e 2011.

Distribuição de direitos de cópia privada

A distribuição de direitos de cópia privada, relativa à programação de televisão do ano 2013 e 2014, dos direitos recebidos pela AGE COP, colocados à distribuição e relativos ao ano de programação 2013 e 2014, foram de 272.744 Euros a que corresponderam os direitos líquidos a distribuir de 161.028 Euros, incluindo os respetivos juros (5.455 Euros) e deduzidos os montantes relativos ao fundo cultural (20%) no valor de 54.549 Euros, o pagamento às televisões nacionais 44.730 Euros e outras deduções (erros/omissões/reclamações) no valor de 17.892 Euros. Adicionalmente a estes montantes foram efetuadas as distribuições finais, no valor de 44.332 Euros do ano de programação 2010 e 2011, sendo que os valores totais a distribuir somaram 120.971 Euros (68%) para os titulares nacionais (APIT recebeu 98%) e internacionais 58.058 Euros (32%).

Identificamos em anexo os valores distribuídos, em euros, relativos à distribuição, por titulares nacionais e internacionais:



Reserva do Fundo Cultural de Direitos da Cópia Privada

Na sequência da distribuição afeta aos direitos de cópia privada, do ano de programação 2013 e 2014, foi efetuada a distribuição relativa à reserva do fundo cultural de direitos de cópia privada. Reconhecemos que é de fundamental importância para a cultura nacional apoiar a versão portuguesa de videogramas estrangeiros, como forma de incentivo ao desenvolvimento do mercado de vídeo, nomeadamente através de apoios financeiros aos editores de vídeo nacionais responsáveis pela versão portuguesa de videogramas estrangeiros. Esta distribuição totalizou o montante líquido de 43.366 Euros.

Direitos Conexos de Comunicação Pública

Este projeto está a ser desenvolvido em parceria com a GDA, tendo em vista um estreitamento de laços institucionais que permitam um trabalho eficiente e pragmático, nunca perdendo de vista a defesa dos interesses dos nossos associados. No decorrer do ano 2016 foram alcançadas as metas anteriormente definidas sendo que os valores cobrados se mostraram extremamente interessantes.

A faturação destes direitos, relativa ao ano 2016, ascendeu a 1.384.488 Euros, para um universo de mais de 939 estabelecimentos licenciados.

O protocolo assinado em janeiro de 2015, com a Confederação do Turismo Português, permitiu um aumento significativo da cobrança destes direitos bem como a assinatura de vários acordos com as principais cadeias hoteleiras (Grupo Pestana e Grupo Vila Galé) e associações do setor (AHP, ACISO, AHETA, AHRESP, APHORT, AIHSA e ATA).

As ações principais instauradas no Tribunal da Propriedade Intelectual, contra vários grupos de hotéis, permitiram alcançar mais acordos individuais.

No decorrer deste ano foram contactadas inúmeras unidades hoteleiras, no continente e regiões autónomas, a solicitar o respetivo licenciamento, com o objetivo de as sensibilizar para a necessidade de regularizarem a sua situação.

Em 2017 as unidades que estejam por licenciar serão alvo de novas providências cautelares, com especial incidência nas unidades hoteleiras situadas na região autónoma da Madeira, com o intuito de licenciar todas aquelas que estejam em falta, tendo como objetivo o universo hoteleiro Português.

Outros

Celebrámos contratos de reciprocidade com entidades congéneres internacionais visando um amplo acompanhamento do direito de autor.

Promovemos contactos com outras entidades, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a concretização de parcerias estratégicas.

Continuámos a apoiar e renovámos os protocolos com a APIT (Associação de Produtores Independentes de Televisão) e FEVIP para apoiar estas entidades, na prossecução dos seus objetos sociais, na contínua e imprescindível defesa e proteção do direito de autor e direitos conexos.

Renegociámos com o banco Santander Totta as respetivas taxas de juro dos depósitos a prazo permitindo a valorização efetiva dos ativos financeiros da GEDIPE.

Acompanhámos a ação contra o Estado Português, para efetivar a cobrança do direito de aluguer, pelos prejuízos causados à indústria videográfica, e em consequência da condenação do mesmo pela má transposição da Diretiva Comunitária 92/100/CEE relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos aos direitos de autor em matéria de propriedade intelectual. Esta ação visa um processo negocial que se proponha a compensar os titulares de direitos representados da GEDIPE, pela má opção de política legislativa.

O fundo cultural constituído nos termos do número 1 do Artigo 13 da Lei 83/2001 de 3 de agosto, e que corresponde a cinco por cento (5%) do valor total cobrado de direitos de retransmissão, e vinte por cento (20%) do valor total recebido de direitos de cópia privada distribuídos pela AGE COP, foi aplicado em projetos elegíveis no âmbito do fundo cultural, estando o remanescente aplicado em depósitos a prazo.

Durante este exercício foi-nos possível preparar e aprovar nos termos estatutários o plano de atividades e o orçamento para o ano 2017.

Relatório da Direcção

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Ao longo de 2016 a economia mundial manteve os principais traços que a caracterizaram ao longo de 2015. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento observou-se uma ligeira melhoria nas perspetivas e nas economias avançadas registou-se um crescimento económico moderado.

O resultado do referendo britânico a favor da saída da EU teve como consequência uma deterioração das perspetivas para a economia mundial, perante um aumento da incerteza económica e política.

A aceleração da atividade económica portuguesa em 2016, é justificada pelo aumento das exportações e pelo ligeiro crescimento da procura interna.

Assim em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,2% em volume, sendo que deverá acelerar para 1,4% em 2017. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB diminuiu, situando-se em 2,1% em 2016 (2,6% em 2015).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

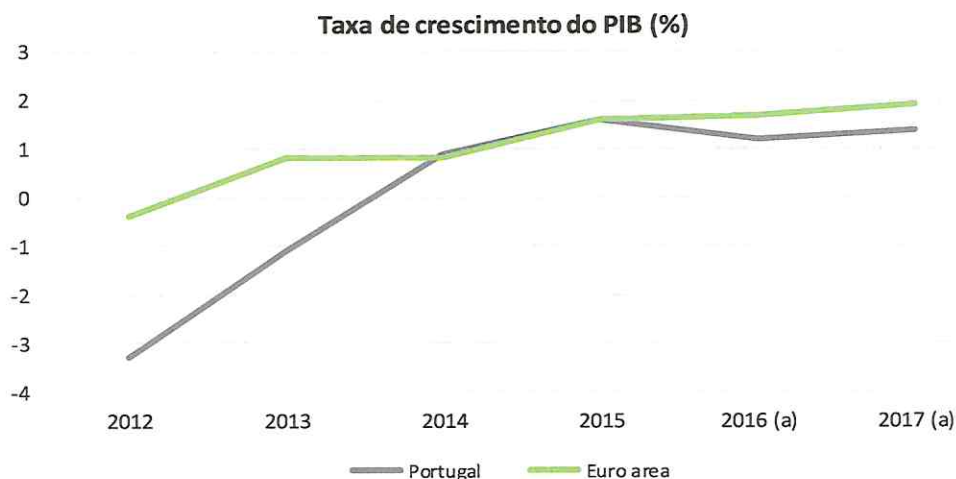
Principais indicadores económicos (%)						
	2012	2013	2014	2015	2016 (a)	2017 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-3,3	-1,1	0,9	1,6	1,2	1,4
Consumo privado	-5,8	-1,2	2,2	2,6	2,1	1,3
Consumo público	-3,9	-2,0	-0,5	0,8	1,0	0,0
Défice (% do PIB)	-5,2	-4,8	-7,2	-4,4	-2,6	-2,1
Taxa de desemprego	15,7	16,2	13,9	12,4	10,5	10,1
Taxa de inflação (IHPC)	2,8	0,4	-0,3	0,5	0,8	1,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística e Ministério das Finanças e Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE (Jan. 2017)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 10,5%, o que se traduz em cerca de 540 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 12,4%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2014 era de 13,9%.

Entre os estados-membros, Portugal continua a ter uma das taxas de desemprego mais elevadas, sendo que as mais altas são a de Espanha (20,4%) e da Grécia (24%), enquanto Alemanha (4,9%) e Malta (5,4%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 10,5% enquanto na União Europeia desceu para 9,0%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 1,2% em 2016, no entanto pior em 0,4% em comparação com 2015 (1,6% em 2015). Para 2017, a Comissão Europeia prevê uma estabilização do PIB, positivo em 1,4%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões OCDE

Segundo as previsões económicas o crescimento do PIB deverá de ser próximo, embora inferior, ao projetado para a zona euro, devido ao elevado nível de endividamento dos setores público e privado. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da zona euro para 1,7% e 1,9% em 2016 e 2017, respetivamente.

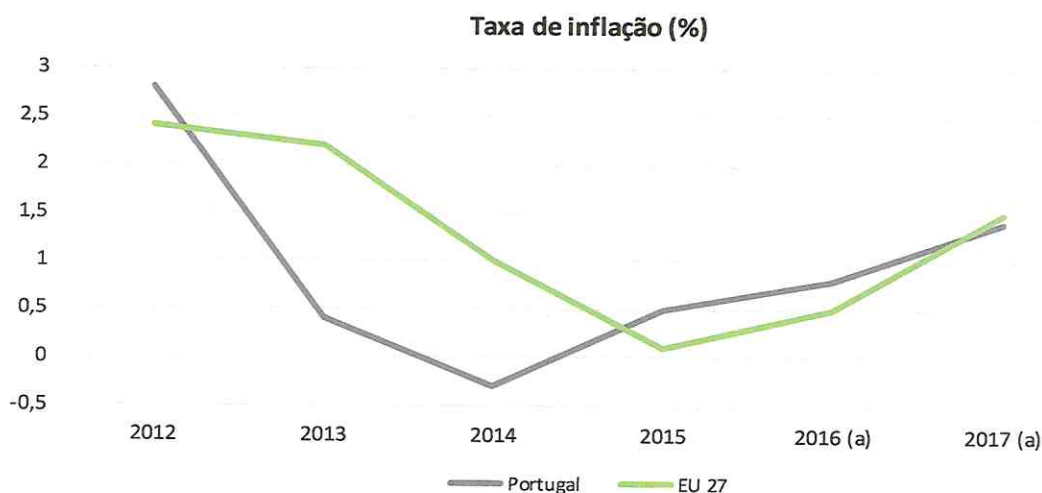
Em Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística*, o PIB registou uma taxa de 2,8% positivos no ano de 2016, tendo previsto uma taxa de 2,5% positivos para 2017.

O BCE decidiu baixar as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento baixou para 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 0,50% e 0,75% ao ano.

A taxa de inflação em 2016, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,8%. Em 2016, o valor final da inflação tinha sido 0,5%.

Enquanto, a Eurostat divulgou, relativamente a 2016, que a taxa de inflação anual da zona euro foi de 0,5%, enquanto na UE aumentou para 0,5%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



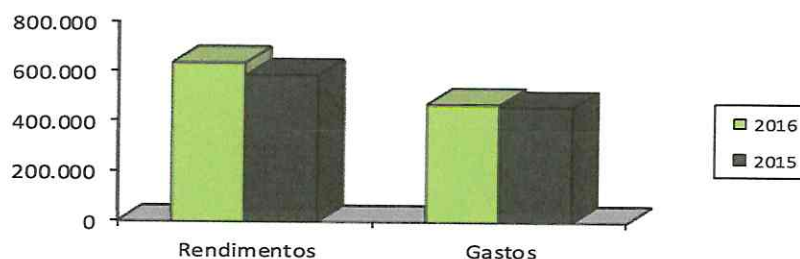
Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
 Notas: (a) Previsões

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

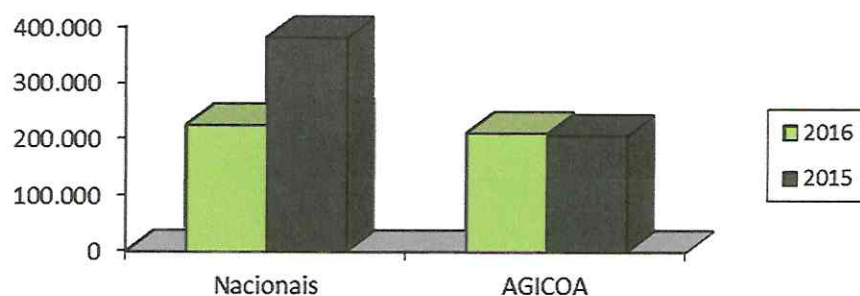
Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2016

Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 37.116.290 euros.

Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 4.601.927 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo no valor de 5.724.327. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 28.957.616 euros.

Nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (1.855.815 euros) foi transferida para o fundo social e cultural. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada no valor de 168.428 euros, respeitando 165.369 euros aos titulares nacionais e 3.059 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 3.068.230 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 680.987 euros. No exercício ascendeu a 54.549 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 3.293.499 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.277.682 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2015	2016	31-12-2016
Retransmissão por cabo - Fiduciária	855.951	21.101	877.052
Retransmissão por cabo - F. Cultural	115.442	932	116.374
Cópia Privada - Fiduciária	211.738	2.341	214.079
Cópia Privada – Fundo Cultural	46.740	307	47.047
Cópia Privada – F. Cultural Agecop	16.447	-	16.447
Fiduciária – Direitos Conexos	4.119	2.564	6.683
	1.250.437	27.245	1.277.682

Em matéria de tesouraria foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Recebimentos	8.174.433
Pagamentos	<u>7.023.372</u>
Saldo de tesouraria	1.151.061

INVESTIMENTOS

No exercício não foi concretizado nenhum investimento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício foi positivo em 122.556 euros.

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

Tendo presente o orçamento de exploração para 2017, os proveitos estimados ascendem a 500.000 euros, ou seja, um volume de atividade ligeiramente inferior ao verificado em 2016.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

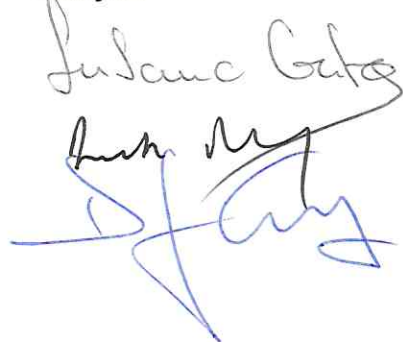
Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 122.556,39 euros (cento e vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e seis euros e trinta e nove cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 11 de abril de 2017

DIREÇÃO

The image shows three handwritten signatures in blue ink. The top signature is clearly legible as 'Jusana Costa'. Below it are two more signatures, which are more stylized and less legible, but appear to be written over the same line of text.

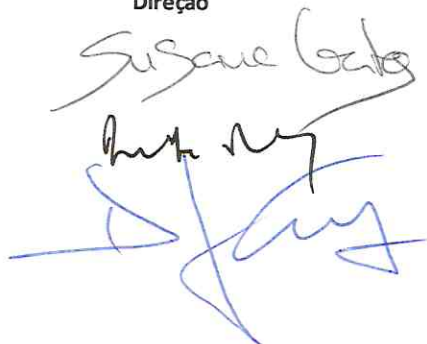
Balanço

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12,933.26	25,564.95
Ativos intangíveis	6	0.01	0.01
Outros instrumentos financeiros		1,028.26	681.34
		13,961.53	26,246.30
Ativo corrente			
Clientes	7	1,317,799.48	1,554,472.29
Estado e outros entes públicos	8	287,184.28	297,091.45
Outros créditos a receber	7	228,204.18	1,372.15
Caixa e depósitos bancários	4	11,343,851.69	10,192,790.53
		13,177,039.63	12,045,726.42
Total do ativo		13,191,001.16	12,071,972.72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	9	265,324.95	163,281.39
		265,324.95	163,281.39
Resultado líquido do período	9	122,556.39	102,043.56
Total do capital próprio		387,881.34	265,324.95
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	8,435.96	13,359.16
Outras dívidas a pagar	11	9,052,727.65	8,162,207.90
		9,061,163.61	8,175,567.06
Passivo corrente			
Fornecedores	11	2,952.00	8,334.27
Estado e outros entes públicos	8	162,443.50	79,362.41
Financiamentos obtidos	10	4,852.92	4,582.44
Outras dívidas a pagar	11	3,526,707.79	3,538,801.59
Diferimentos		45,000.00	0.00
		3,741,956.21	3,631,080.71
Total do passivo		12,803,119.82	11,806,647.77
Total do capital próprio e do passivo		13,191,001.16	12,071,972.72

Direção



Contabilista Certificado



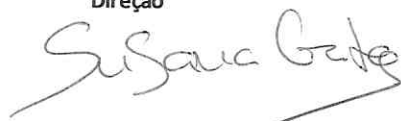

Demonstração de resultados por naturezas

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	12	635,291.10	585,590.80
Fornecimentos e serviços externos	13	-314,704.09	-280,286.41
Gastos com o pessoal	14	-129,881.19	-142,525.84
Outros rendimentos	12	1,950.12	2,124.10
Outros gastos	15	-28,274.94	-23,681.82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		164,381.00	141,220.83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-12,631.69	-14,952.46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151,749.31	126,268.37
Juros e gastos similares suportados		-895.59	-1,173.49
Resultado antes de impostos		150,853.72	125,094.88
Imposto sobre o rendimento do período	8	-28,297.33	-23,051.32
Resultado líquido do período		122,556.39	102,043.56

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração dos fluxos de caixa

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Quotas de associados		207,500.00	255,000.00
Comissões de gestão e outros serviços		176,371.58	285,522.04
Recebimentos de direitos		7,790,561.85	4,749,410.88
Pagamentos de direitos		-6,231,852.23	-3,392,269.47
Pagamentos a fornecedores		-366,156.22	-287,840.67
Pagamentos ao pessoal		-130,829.98	-140,408.24
Caixa gerada pelas operações		1,445,595.00	1,469,414.54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-35,382.63	-8,226.08
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		-253,255.98	-260,625.76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1,156,956.39	1,200,562.70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	-2,589.34
Outros ativos		-346.92	-363.12
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-346.92	-2,952.46
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-895.59	-1,173.49
Outras operações de financiamento		-4,652.72	-4,465.32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5,548.31	-5,638.81
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1,151,061.16	1,191,971.43
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10,192,790.53	9,000,819.10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11,343,851.69	10,192,790.53

Direção

Susane Gato
[Assinatura]
[Assinatura]

Contabilista Certificado

[Assinatura]

Demonstração das alterações nos capitais próprios

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2015	1 9	0,00	132,926.47	30,354.92	163,281.39	0,00	163,281.39
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3			102,043.56	102,043.56	0,00	102,043.56
Resultado integral	4=2+3			102,043.56	102,043.56	0,00	102,043.56
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			30,354.92	-30,354.92	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	5	0,00	30,354.92	-30,354.92	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2015	6=1+2+3+5	0,00	163,281.39	102,043.56	265,324.95	0,00	265,324.95

Direção

Contabilista Certificado

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2016	6 9	0,00	163,281.39	102,043.56	265,324.95	0,00	265,324.95
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8			122,556.39	122,556.39	0,00	122,556.39
Resultado integral	9=7+8			122,556.39	122,556.39	0,00	122,556.39
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			102,043.56	-102,043.56	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	10	0,00	102,043.56	-102,043.56	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2016	11=6+7+8+10	0,00	265,324.95	122,556.39	387,881.34	0,00	387,881.34

Direção

Contabilista Certificado

Susana Costa
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Exercício de 2016

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 51, 4º Esq., freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504 229 290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% do valor dos direitos de retransmissão e 20% dos direitos de cópia privada debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2016	2015
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	11.343.851,69	10.192.790,53
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	11.343.851,69	10.192.790,53
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	11.343.851,69	10.192.790,53
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-34.318,66	-14.600,00	-17.720,13	-66.638,79
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	9.053,61	14.600,00	1.911,34	25.564,95
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,31	-7.300,00	-1.120,38	-12.631,69
Reg. da depreciação acumulada das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-4.211,31	-7.300,00	-1.120,38	-12.631,69
Saldo final:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-38.529,97	-21.900,00	-18.840,51	-79.270,48
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	4.842,30	7.300,00	790,96	12.933,26

Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	17.350,98	89.923,25
Depreciação acumulada	-30.107,35	-7.300,00	-15.612,41	-53.019,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	13.264,92	21.900,00	1.738,57	36.903,49
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	2.280,49	2.280,49
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,31	-7.300,00	-2.107,72	-13.619,03
Reg. da depreciação acumulada das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-4.211,31	-7.300,00	172,77	-11.338,54
Saldo final:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-34.318,66	-14.600,00	-17.720,13	-66.638,79
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	9.053,61	14.600,00	1.911,34	25.564,95

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido inicial	1.333,34	0,00	1.333,34
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	0,00	0,00
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	0,01	0,00	0,01

Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-2.666,66	0,00	-2.666,66
Valor líquido inicial	1.333,34	0,00	1.333,34
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Total de movimentos	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	0,01	0,00	0,01

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Clientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Clientes conta corrente	1.317.799,48	1.554.472,29
Clientes de cobrança duvidosa	969,53	969,53
Total bruto	1.318.769,01	1.555.441,82
Perdas por imparidade acumuladas	-969,53	-969,53
Total líquido	1.317.799,48	1.554.472,29

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2016 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Acréscimos de rendimentos	224.439,08	0,00
Outros devedores	3.765,10	1.372,15
Total	228.204,18	1.372,15

8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2016		2015	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	13.285,33	0,00	19.061,32
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	146.618,46	0,00	57.700,63
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	287.184,28	0,00	297.091,45	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	2.539,71	0,00	2.600,46
Total	287.184,28	162.443,50	297.091,45	79.362,41

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	8.435,96	4.852,92	13.288,88

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
Citroen C5 Tourer (61-OF-27)	7.300,00	4.852,92	8.435,96	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

11. Fornecedores e outras dívidas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Fornecedores conta corrente	2.952,00	8.334,27

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Credores por acréscimos de gastos	18.460,50	20.172,70
	18.460,50	20.172,70
Outros credores:		
Direitos a pagar	0,00	9.548,14
Fundo Cultural	-2.357.180,38	-2.016.825,18
Direitos cobrados	46.734.535,32	39.308.600,76
Direitos pagos	-33.131.833,50	-26.909.529,41
Rendimentos de aplicações financeiras	1.277.681,89	1.250.437,41
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	8.247,29	9.080,75
	12.560.974,94	11.680.836,79
Total	12.579.435,44	11.701.009,49

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 9.052.727,65 euros e do passivo corrente a 3.526.707,79 euros.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2016	2015
Prestações de serviços:		
Serviços	635.291,10	585.590,80
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	635.291,10	585.590,80
Outros rendimentos:		
Correções relativas a períodos anteriores	268,00	1.512,00
Outros	1.682,12	612,10
Total de outros rendimentos	1.950,12	2.124,10

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2016	2015
Trabalhos especializados	156.690,61	113.151,75
Honorários	95.388,00	106.660,00
Rendas e alugueres	17.762,52	15.263,80
Despesas de representação	8.031,74	8.275,65
Material de escritório	6.243,38	6.474,08
Comunicação	5.867,37	7.873,27
Combustíveis	4.775,51	6.822,16
Deslocações e estadas	3.281,28	990,65
Diversos	16.663,68	14.775,05
Total	314.704,09	280.286,41

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2016	2015
Remunerações	106.284,41	114.500,64
Encargos sobre remunerações	21.154,48	23.224,21
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.005,73	4.315,04
Outros gastos com o pessoal	436,57	485,95
Total	129.881,19	142.525,84

Durante o exercício de 2016, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 4 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Outros gastos e perdas:

A rubrica de outros gastos e perdas apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2016	2015
Outros gastos:		
Impostos	23.118,87	19.405,16
Correções relativas a exercícios anteriores	3.619,77	1.471,47
Insuficiência da estimativa para impostos	1.309,31	2.754,19
Diversos	226,99	51,00
Total de outros gastos:	28.274,94	23.681,82
Gastos e perdas de financiamento:		
Juros suportados	895,59	1.173,49
Total de gastos e perdas de financiamento	895,59	1.173,49

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.


As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

17. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas debitou-nos relativamente à revisão legal das contas de 2016 o valor de 4.800 €, adicionado de IVA, não nos tendo debitado quaisquer outros valores.

Direção

Handwritten signatures in blue ink, including the name Susana Gato and others.

Contabilista Certificado

Handwritten signature in blue ink.

Execução Orçamental

Apresenta-se a execução orçamental global e detalhada na tabela seguinte, com referência ao período em análise. Em termos globais verifica-se uma execução de despesas superior em 5% com correspondência direta às despesas com honorários e pareceres. As receitas foram também estas superiores em 19%. As mesmas corresponderam a um aumento significativo em comparação com o orçamentado que advém dos recebimentos consequentes às distribuições finais. O resultado da execução orçamental foi positivo em 95.854 euros (121.973 euros – 26.120 euros). A taxa de administração média corresponde a 7 % correlativamente ao total de direitos pagos de 6.222.304 euros, a que correspondem 5.724.327 euros (Direitos Retransmissão), 222.977 euros (Direitos Cópia Privada) e 275.000 euros (Direitos Comunicação Pública-GDA).

Rubrica	Orçamento	Execução	Desvio	
			Valor	%
<u>RECEBIMENTOS</u>				
AGICOA	180,000	211,682	31,682	15%
Comissão de Gestão - Direitos Retransmissão	87,000	181,841	94,841	52%
Comissão de Gestão - Direitos Cópia Privada	8,000	18,144	10,144	56%
Serviços Administrativos	0	867	867	100%
GDA/GEDIPE Projeto Direitos Comunicação Pública	240,000	224,439	-15,561	-7%
Total de recebimentos	515,000	636,973	121,973	19%

Rubrica	Orçamento	Execução	Desvio	
			Valor	%
<u>PAGAMENTOS</u>				
Salários	45,220	43,433	-1,787	-4%
Segurança social	9,315	8,154	-1,161	-14%
Outros benefícios	4,217	4,692	475	10%
IVA	17,115	22,656	5,541	24%
Rendas	6,050	9,700	3,650	38%
Auditorias	2,000	1,950	-50	-3%
ROC	4,800	4,800	0	0%
Fornecedores	1,750	5,171	3,421	66%
Comunicações	2,000	1,797	-203	-11%
Outras despesas de escritório	700	1,336	636	48%
Despesas de representação	4,500	7,878	3,378	43%
Honorários	1,000	31,550	30,550	97%
Aluguer de viaturas	9,000	9,197	197	2%
Deslocações e estadas	9,100	9,459	359	4%
Projeto Direitos Comunicação Pública	240,000	224,439	-15,561	-7%
Serviços de contabilidade	5,400	5,900	500	8%
Relações públicas	2,650	8,750	6,100	70%
Outros serviços profissionais	68,250	71,500	3,250	5%
Computadores	3,850	2,911	-939	-32%
Despesas Diversas/Impostos/IRC/Edifícios	23,083	10,846	-12,237	-113%
Total de pagamentos	460,000	486,120	26,120	5%

Certificação Legal das Contas

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 13.191.001 euros e um total de capital próprio de 387.881 euros, com um resultado líquido de 122.556 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Contribuinte nº. 505 348 900

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Prior Velho, 12 de Abril de 2017



Manuel Neta Pinheiro, em representação de
Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direcção da GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Acompanhámos a actividade da Associação, e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos e que deve considerar-se parte integrante deste Relatório.

Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

Av. Estados Unidos da América, n.º 51 – 4.º Esq., 1700-165 Lisboa - Contribuinte: 504.229.290
Telf: (+351) 218 400 187/8 - Fax: (+351) 218 400 189 - E-mail: info@gedipe.org - Web: www.gedipe.org



Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração a análise e verificações efectuadas, somos de parecer que:

- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 12 de Abril de 2017

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
representada por Manuel Neta Pinheiro

Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidenciam um total de ativos de 13.191.001 euros e um capital próprio de 387.881 euros, incluindo um resultado líquido de 122.556 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

RJ



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

B



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria-

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085